

Modelos de desenvolvimento, economia política e a questão do negro no Brasil. Entre choros e risos

Models of development, Political Economy and the Negro Question in Brazil. Between cries and laughter

José Jorge Siqueira*

Resumo

Este artigo faz uma reflexão sobre as relações possíveis entre os modelos de desenvolvimento, a economia política como pensada no Brasil e a questão do negro neste país. Ocupa lugar central nas análises o conceito de “subdesenvolvimento” face à exclusão social das grandes massas populacionais da nação, atravessando tal exclusão as questões relacionadas à discriminação e ao preconceito racial.

Palavras-chave: Modelos de desenvolvimento. Economia política no Brasil. Questão do negro.

Abstract

It is a reflection on the possible links between the models of development, political economy as thought in Brazil and the Negro question in this country. Occupies a central place in the analysis the concept of “underdevelopment” face social exclusion of large population groups, through such exclusion issues related to discrimination and racial prejudice.

Keywords: Models of development. Political economy in Brazil. Negro question.

Introdução: tese e antítese

Todos sabem da importância decisiva da educação para o combate às desigualdades sociais desde sempre presentes na história do capitalismo. Mesmo no longo prazo, a força que de fato impulsiona o aumento da igualdade (social) é a difusão do conhecimento e a disseminação de educação de qualidade. É mais que público e notório o alerta para os perigos que a falta de investimentos adequados na capacitação da mão de obra pode levar, excluindo grupos sociais inteiros, impedindo-os de desfrutar dos benefícios do crescimento econômico, ou até de rebaixá-los em benefício de novos grupos sociais.

* Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Severino Sombra (USS).

Neste sentido, Afonso Henriques de Lima Barreto é, ao mesmo tempo, tese e antítese. Sua formação escolar espelha a tragédia original da sociedade brasileira diante de temas que vão muito além do exclusivamente educacional, remetendo a questões estruturais de formação e transformação da sociedade, seus mitos culturais em face à condição de suas grandes massas populacionais, nos diversos e diferentes momentos de sua trajetória contemporânea.

Lima Barreto, filho de negros (nesta categoria incluímos pretos e pardos) bastante próximos da condição de ex-escravos, nascido em 13 de maio de 1881, na capital do país, justo no contexto em que a sociedade e a economia transitavam rumo a um tipo de capitalismo que mais adiante a Economia Política denominaria “subdesenvolvido”, vai possuir, todavia, uma educação escolar de qualidade, eis a tese. Entrementes, suas tentativas de alçar voos mais altos, com a obtenção do curso superior na área da Engenharia e assim realizar sonho de seu pai de vê-lo “doutor”, foram um completo fracasso, eis a antítese.

Composto de variados ângulos de análise, por “educação escolar de qualidade” nos referimos em particular talvez ao mais importante aspecto dessa formação, referendado nos “bens imateriais”. Ou seja, aqueles das relações pessoais e familiares, ao “estilo de vida”, nem sempre representados exclusivamente pelo dinheiro. Assim, já as letras iniciais o menino Afonso Henriques aprendera no próprio lar, pois sua mãe, negra bastarda criada em casa de família branca de posses, formara-se professora de ensino público. Viúvo muito cedo, o pai de Lima Barreto obstina-se em fazer do filho mais velho o que ele próprio não alcançara, premido pelas condições histórico-sociológicas extremamente adversas, como aquelas enfrentadas por um descendente de libertos da escravidão no Brasil.

Por sua vez, desde a mais tenra idade acostumara-se o menino Afonso Henriques a admirar e respeitar as preocupações culturais do pai. João Henriques de Lima Barreto fora um homem simples, do povo, filho de ex-escravos, tipógrafo, mas leitor de humanidades e de leitura fluente em francês, chegando a traduzir o **Manual do Aprendiz Compositor**, de Jules Claye, em 1888 – trabalho elogiado pelos cuidados com as notas e exemplos acrescentados pelo tradutor; o que valeria ao livro dedicado aos jovens aprendizes da Imprensa Nacional, serventia “por muitos anos” – como nos diz Francisco de Assis Barbosa (1981, p. 21). Nomeado operário de 1ª classe na Imprensa Nacional, feito mestre de composição por indicação do amigo e protetor Afonso Celso, o Visconde de Ouro Preto, do último Gabinete da Monarquia, João

Henriques obteve deste a garantia do custeio da educação de Afonso Henriques, tornado afilhado do Visconde. Matricula-se então o menino no Liceu Popular Niteroiense, tido por um dos melhores de seu tempo, a ponto de ser frequentado pela gente rica.

As pesadas frustrações sofridas pelo jovem Afonso Henriques em se formar engenheiro na elitizada Escola Politécnica do Rio de Janeiro propiciariam à consciência crítica brasileira uma expressão admirável, pois não fora de pouca monta o vórtice de situações histórico-sociológicas e antropológicas apresentadas literariamente pelo escritor, em imagens expressionistas, desnudando-as em rica crueza: a *belle époque* da capital federal e seu mosaico rude e turbulento das primeiras décadas da república burguesa, após mais de 300 anos de escravidão de tipo colonial. Um detalhe original salta aos olhos do observador sagaz: as relações raciais em meio àquelas sociais, expostas no decorrer das transformações econômicas e políticas, por ele ressignificadas face à densidade existencial de vasta e complexa galeria de personagens do cotidiano urbano e suburbano da sociedade. Lima Barreto nos legou as hoje editadas obras completas em 17 volumes, escritas em curto espaço tempo de não mais de 20 anos – e que ainda agora em 2015 vive a surpreender com descobertas de manuscritos originais na Biblioteca Nacional.

No dia 13 de maio de 1981, quando do centenário de seu nascimento, repetem-se as numerosas edições de seus romances mais conhecidos; parte deles traduzidos para o inglês, o francês, o espanhol; há uma edição de 50.000 exemplares de seu primeiro romance, **Recordações do escrivo Isaiás Caminha**, traduzida para o alemão; teses de doutoramento sobre sua obra na Universidade de São Paulo, de Nova York, de Roma, igualmente ensaios importantes, a propósito, assinados por gentes como Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, Osman Lins, Alfredo Bosi, Nicolau Sevcenko. Estava, pois, vingado o inconcluso doutor, mas não a saga da educação no país.

Modelos de desenvolvimento: de onde viemos?

O primeiro grande debate sobre aquela que se consolidaria como a Economia Política como pensada no Brasil, ocorrido nos anos 1940 entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, é taxativo em apontar, dentre outras soluções exequíveis no enfrentamento da “guerra ao pauperismo” que tanto marcava a distribuição de renda no país, ser a disseminação da educação de qualidade no seio do povo o meio mais eficaz com vistas a aumentar a produtividade da economia nacional, sob pena de pesadas

consequências debitadas à tranquilidade social (SIMONSEN; GUDIN, 2010). Ambos ressaltavam, todavia, a necessidade da imigração “selecionada e abundante” de operários e técnicos para o fortalecimento do nosso baixíssimo índice de consumo de mercado interno – coisa que teria de haver com os padrões culturais do nosso povo –, criticando as restrições nacionais à imigração. Certamente, não seria totalmente aleatório o Decreto-Lei 7.967, de 27 de agosto de 1945 – vigente até 1980 –, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, dispondo sobre a admissão de imigrantes no Brasil, a fim de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia.

Ora, não é de hoje esse dilema étnico na cultura brasileira, o “bovarismo” e seu mimetismo característico a que tanto iria se referir Lima Barreto em suas reflexões literárias a arrolar as transformações econômicas, políticas e culturais da *belle époque* da capital federal: a realidade enfermeira que se ocultava por detrás das fachadas imponentes. Para ele, o bovarismo se caracterizaria pelo poder do homem de se conceber outro que não é, o afastamento entre o indivíduo real e o imaginário, entre o que é e o que ele acredita ser, tornando-o prodigiosamente nefasto. O ufanismo bovarista era outra forma de se alienar do país, só que parecendo que se estava fazendo exatamente o contrário. Lima Barreto encontrara já na reflexão científica as características do falso cosmopolitismo, mantendo diante dela (perspectiva científica) visão relativista: o cunho marcadamente discriminatório a que chegavam as soluções explicativas da ciência lhe causavam a indignação. Num país que acabara de sair da escravidão torna-se um caminho fácil demais dar pretensa vitalidade a atitudes no fundo segregacionistas.

Em **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil** (1999), Celso Furtado reconhece ser a “modernização dependente” resultante dos avanços da economia de exportação de produtos primários típica do país na virada do século XIX para o XX. Em consequência dessa lógica, o comportamento imitativo especialmente presente nas classes altas, distanciava-se mais e mais das raízes populares da sociedade caracterizando o “bovarismo”, cunhado também por ele para distinguir traço marcante do “progresso”. Contraditoriamente, o povo brasileiro, de raízes histórico-sociais profundas, passa a ser símbolo do atraso, nega-se sistematicamente o significado de suas heranças tidas como nulas em todos os sentidos, contrapostas ao que lhe restara da descendência europeia e do imigrantismo. Daí certo descompromisso cínico com o fato

constatável de o formidável crescimento econômico da “modernização dependente” se realizar ao arpejo da também crescente massa dos excluídos.

Tais posições seriam nuances premidas pelas novas condições estruturais do desenvolvimento ao longo do século XX, dado o relativo isolamento compulsório provocado pelos conflitos mundiais (aos quais se acrescenta a Crise de 1929), que direta e indiretamente induziram a uma industrialização apoiada no mercado interno – identificando-se a partir daí uma busca ao “país real”, quando as massas populacionais são então revistas um pouco mais positivamente, até por força do ímpeto avassalador da originalidade de suas manifestações culturais capazes de sucesso mesmo no exterior. Além do quê o ambiente tornara-se de difícil controle, dadas a expansão da urbanização, a invasão da cultura de massas, a diversificação das classes sociais de composição culturais também novas etc. Afinal, “o que é a que a baiana tem?” Os choros da flauta de Pixinguinha e dos Oito Batutas, em Paris?

Não por acaso, justamente por conta da segregação social e muitas vezes racial vão florescer naqueles contextos manifestações culturais da mais alta significação: originais, surpreendentes, encantadoras, desafiantes, eis que daquele povo menosprezado produzia-se a própria densidade civilizatória do país.

Estamos nos referindo, por exemplo, à música popular brasileira em seu sentido mais amplo, dadas as manifestações culturais que agrega como formadora da identidade do país, fenômeno a se entrelaçar com a história e ação dos descendentes dos escravos africanos, com as lutas pela cidadania no pós-abolição. Até que ponto o riso, a dança, o canto, a presença da sátira, das ironias não expressam uma esperança? São Paulo não dá café, Minas não dá leite e a Vila Isabel não dá samba? Certamente, existe a dimensão musical *strictu sensu* com a criação de gêneros genuinamente brasileiros, a exemplo do choro (de Anacleto de Medeiros, Joaquim Calado e de Pixinguinha), do samba (dos baianos da Tia Ciata, de Sinhô, das escolas de samba, e de tantos novos outros), mas até onde isto não significou inserção social, resistência e identidade culturais, e mesmo valores econômicos e políticos?

Estamos nos referindo enfim à gloriosa resistência da classe trabalhadora brasileira de camponeses e operários já desde os inícios da república burguesa. Canudos? As greves do cais? A Revolta da Chibata? Os anarquistas e socialistas? Os congressos e a imprensa operária não nos deixam mentir – talvez necessário seja o maior conhecimento ou divulgação dos estudos sobre o tema. Veja-se bem, não se trata de idealizar a classe trabalhadora, o camponês, antes, é necessário constatar o sentido

dos modelos econômicos, consensualmente percebidos pela Economia Política desde Roberto Simonsen: a extrema desigualdade da distribuição da renda e dos bens no Brasil, uma das maiores do mundo.

Já o modelo primário-exportador da República Velha (1889-1930), corolário por sua vez do extremo egoísmo social dessas classes hegemônicas, aliadas ao projeto político vencedor desde a abolição da escravatura, fora responsável pela manutenção de estruturas altamente refratárias à democratização da propriedade da terra no país, de norte a sul, leste a oeste, com raríssimas exceções. O interessante é que nessas horas os Estados Unidos da América, de sobeja influência dos ideais republicanos do Brasil, nesse aspecto, não servem de modelo. Eles que já em meados do século XIX promovem, sob a inspiração dos *funding fathers*, exemplar revolução agrária e agrícola, fazendo da jovem nação americana o paraíso da pequena e média propriedade, dotando assim sua economia de extraordinário padrão de excelência mundial.

É tido como fato serem as transformações econômico-industriais, ocorridas na sociedade brasileira após o predomínio do modelo de crescimento primário-exportador da República Velha, incapazes de consolidar a situação de desenvolvimento auto-sustentável, pelo menos até a década de 1960. Nesse sentido, se enquadraria ali o que se denominou “subdesenvolvimento”. Isto é, o estímulo decisivo de reprodução da demanda e da renovação tecnológica, numa sociedade como essa, por via prioritariamente do comércio exterior, da relação de desequilíbrio estrutural mantida com esse comércio exterior.

Ultrapassado o período meramente primário-exportador, o valor da produção industrial supera, pela primeira vez, aquele realizado pela atividade primária no Brasil em meados dos anos 1950, todavia sem democratizar minimamente a desigualdade social ou a altíssima concentração da terra e da renda típicas daquele perfil econômico, político e cultural, o modelo “subdesenvolvido” atua perpetuando tais iniquidades naquilo que elas possuíam de fundamental: os baixíssimos padrões de consumo das grandes massas populacionais, resultantes dos níveis médios de renda; os também baixos níveis de poupança interna, ao arripio da diversificação da demanda – como já constataavam os estudos pioneiros de Roberto Simonsen e Eugênio Gudín.

Entrementes, o progresso industrial-urbano e seus corolários foram extraordinários no período, dos maiores do mundo. O quadro econômico-social e antropológico do país ganha sensivelmente novas configurações: a importância do mercado interno, sobretudo para os bens de consumo imediato, a expansão e a

diversificação das classes trabalhadoras, incorporando setores que iriam se firmar como de classes médias, as grandes migrações campo-cidade do período, também das maiores do mundo, com seus desdobramentos; e a nota diferencial: o excessivo peso do consumo elitizado das classes de alta renda, especialmente identificado nos bens de consumo duráveis, a configurar um modelo em si.

Na realidade, tal consumo elitizado, somente comparável aos dos países ricos, iria dar o tom a esse tipo de crescimento meio que sem sentido, deformando as prioridades sociais, o uso racional dos recursos naturais do país (então tidos como inesgotáveis), o sentido da renovação tecnológica de ponta – esta última, entregue à dependência da produção como havida no mundo dito “desenvolvido”. A produção e a renovação tecnológica de ponta atuam tanto através de sua inserção no espaço geográfico nacional, tornando-se de longe majoritária na produção desses bens por aqui, quanto nas relações de comércio externo, estruturalmente desigual – que o digam as óbvias transferências de divisas, dadas as importações dos componentes das novidades modernas (e seus correspondentes *royalties* e dividendos), mesmo quando já produzidas por aqui, mas obrigadas a mudar de “patamar”, sem a devida exequibilidade industrial endógena. Certamente, o efeito será a débil autonomia decisória em face aos próprios rumos neste tipo de economia como um todo (o empresariado nacional costuma ser relativamente secundário), assim como igualmente graves serão os limites de suas iniciativas em pesquisa de ciência e tecnologia.

O país passa a viver sob um caldeirão prestes a explodir, dadas as demandas sociais reprimidas – no pós-ditadura do Estado Novo (1937-1945) a isto se chamou “a emergência do povo na história”. Impõe-se assim a criação de alternativas àquele sentido do crescimento. Em outras palavras, a questão econômica torna-se também política e cultural. Neste momento avulta a percepção da importância do planejamento como forma de direcionara superação dos obstáculos à vista, configuradores dos grandes problemas nacionais. O que se faria integrando a teoria da Economia Política, o planejamento e a ação do Estado, intervindo este não mais principalmente à maneira liberal clássica (do livre jogo das forças de mercado), mas também como agente econômico, induzindo parte do processo. Eis quando amadurece entre nós o pensamento da Economia Política.

O quadro social em que se emoldura tal contexto histórico esteve lastreado nas seguintes disposições gerais: a população urbana do país, em 1930, não chegava a 8,5 milhões de habitantes, num total de 28 milhões. Em 1967, superava os 40 milhões, num

total de 86 milhões. É, portanto, extraordinário o êxodo rural do período, e isto não se realiza sem avançado grau de industrialização. A proporção de empregados na força de trabalho agrícola, em termos relativos, declina acentuadamente desde 1940: 39,2%, para 19,8% em 1970, conforme Carlos Langoni (2005, p. 172).

Delineava-se, desta forma, a existência do quadro econômico-social: 1. Uma burguesia nacional emergente desde fins do século XIX, de produção industrial voltada para o mercado interno, especialmente no processamento de alimentos e bebidas, e de bens de consumo de massas, de tecnologia já amadurecida – a peculiaridade “nacional” deste segmento outorga-lhe os espaços políticos e culturais dos “objetivos nacionais”. 2. O país continua essencialmente primário-exportador, mesmo considerando haver incrementado as relações dessas atividades primárias em face ao setor fabril-industrial (insumos, meios de transporte, por exemplo); desenvolveu-se no país, com o final da escravidão, importante agropecuária voltada para o mercado interno, de grandes, médias e pequenas dimensões, inclusive em comunidades quilombolas aos milhares. 3. O poderoso setor privado estrangeiro que controla quase toda a produção de bens duráveis, químico-farmacêuticos e de equipamentos pesados. Esse setor tem sido o principal responsável pela velocidade das transformações tecnológicas de ponta na economia industrial – aspecto que ocorre em detrimento da produtividade nacional, de certa forma acomodada com a farta oferta de mão de obra barata e abundância dos recursos naturais nas atividades que lhe couberam nesta divisão de trabalho. 4. Os quadros técnico-burocráticos nacionais, sobremaneira expandidos dada a nova atuação do Estado como investidor produtivo e núcleo de planejamento estratégico. 5. As Forças Armadas, instituição de singular importância na história do Brasil republicano, e que em 1964 consolida papel de tutela aos grupos de poder civil diante do quadro de instabilidade gerado pelos anseios de modernização das estruturas sociais resultantes das contradições do capitalismo subdesenvolvido. Em grande medida, tal tutela baseou-se nas doutrinas dos “objetivos nacionais” de longo prazo, na “segurança nacional”, muitas das vezes supraconstitucionais, transmudando-se em um fim em si, e ao arripio da preservação da identidade cultural do país extraída da história. Tais doutrinas firmaram-se ainda no contexto praticamente maniqueísta da Guerra Fria, num simplismo decepcionante. 6. O setor de serviços profissionais. 7. O comércio interno, o internacional, o setor financeiro. Não há, nem nunca houve maiores problemas de convivência entre o empresariado nacional e o capital estrangeiro; muito pelo contrário, tenderam a ser muito mais complementares que competitivos entre si – configurando o que Fernando

Henrique Cardoso (1972, p. 123-139; 1975, p. 114-138) conceitua por “internacionalização do mercado interno”. 8. Uma massa enorme de população urbana (para a qual concorreu a diminuição das taxas de mortalidade, a migração cidade-campo, as alternativas de emprego rural etc.), num fluxo muito maior que a possibilidade de oferta de trabalho, particularmente para a massa pouco ou nada qualificada.

Curiosamente, a “modernização dependente” como referendada em Celso Furtado, por sua lógica de reprodução, engendra na história da economia e sociedades brasileiras mudanças de consequências estruturais. O modelo de desenvolvimento do capitalismo dependente, como vimos, baseia-se na crescente presença do Estado ocupando a condição de agente econômico, notadamente face aos investimentos pesados em infraestrutura e indústrias de base – em 1960/1961 os investimentos de capital do governo e das empresas públicas correspondiam a mais de 50% dos investimentos totais da economia (TAVARES, 1974, p. 151); assim como na expansão das atividades urbano-industriais do empresariado nacional, o que se dá principalmente voltada para as indústrias de bens de consumo imediato; e por fim pela expressiva expansão das atividades das empresas multinacionais aqui sediadas, em boa medida induzidas pelos mesmos investimentos em infraestrutura do Estado referidos (energia, transportes etc.), a comandar a renovação tecnológica de ponta na indústria naval, elétrica pesada, químico-farmacêutica e de equipamentos. O salto qualitativo engendrado identifica-se naquilo que ficou conhecido como **processo de substituição de importações**. Em sua tese de livre docência, Maria da Conceição Tavares (1974, p. 116-120) analisa ser este fenômeno propriamente localizado entre meados dos anos 1930 e começos da década de 1950, quando duas vertentes concorrem para tal fim.

De um lado, por volta de 1935/37, quando a economia se recupera dos desarranjos internacionais da Crise de 1929/30 e assim tanto a acumulação de capital industrial-urbano quanto a renda fiscal do Estado se desvinculam da acumulação cafeeira herdada do modelo primário-exportador da República Velha, submetendo-a aos destinos e interesses desse desenvolvimento urbano-industrial. De outro lado, quando no início dos anos 1950, se acelerou o intenso crescimento da produção industrial face à diminuição da necessidade e da capacidade de importar em termos absolutos (TAVARES, 1974, p.116-120). O “processo de substituição de importações”, pela primeira vez na história econômica do país, permite reproduzir conjuntamente tanto a força de trabalho empregada (e o êxodo rural contribui para a elasticidade dessa oferta

barata) quanto de parte do capital constante industrial (o de equipamentos e da indústria pesada), num movimento essencialmente endógeno de acumulação referendado no mercado interno – certamente a repercutir também nas dimensões culturais, políticas e antropológicas da sociedade. Em outras palavras, como analisa Francisco de Oliveira (2003, p. 35), a estrutura da base econômica urbano-industrial possibilita nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho estatal, a regulamentação dos fatores (a exemplo do preço do trabalho), a criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno, a depender substancialmente de uma realização parcial interna crescente.

Todavia, mantida na essência a lógica de reprodução da “modernização dependente” típica do capitalismo subdesenvolvido, ou seja, a extrema desigualdade social que lhe é inerente, a atingir em cheio as grandes massas trabalhadoras, explica-se, mesmo com as transformações promovidas pelo processo de substituição de importações, a perpetuação ali daquelas iniquidades: as mazelas da concentração da propriedade rural e urbana, o extraordinário êxodo rural, o inchaço das cidades, especialmente das capitais estaduais, o subemprego, a informalidade profissional, uma das maiores desigualdades de renda do planeta, o alto padrão de consumo das classes e categorias profissionais de alta renda, a deformar as prioridades econômico-financeiras de poupança e investimentos características de uma sociedade realmente independente, etc. A massa populacional afro-brasileira é especialmente atingida por tais adversidades, pois saíra da Primeira República e de seu modelo agroexportador subsequente à abolição da escravidão em condição intocada quanto aos graves problemas que lhe afligia.

Os anos 1930, premidos pela força do mercado consumidor urbano, conhece, com o apoio do Estado, importante expansão das pequenas e médias propriedades de sítios e granjas de produção voltada para o mercado interno, em geral comprando-se por baixos preços terras de áreas do latifúndio agroexportador em decadência. Tais atividades seriam exploradas em grande medida por imigrantes europeus e japoneses, resultando na expulsão de parceiros e agregados ou na expulsão de posseiros (SINGER, 1981, p. 155). Essa passagem necessita de estudos empíricos, mas tudo está a indicar mais um episódio da dinâmica de marginalização do meio social afro-brasileiro. Já se percebeu que não se formou no Brasil do pós-escravidão um forte campesinato negro estável, consoante sua importância demográfica e histórica em relação à terra? A não ser

em quilombos, existentes aos milhares, mas constantemente ameaçados pela grilagem – mesmo quando garantidos pelas disposições transitórias da Constituição de 1988.

Nesses mesmos anos 1930, Afonso Arinos de Melo Franco publicaria livro que, malgrado a incipiência analítica, continha soluções explicativas de funda repercussão na sociedade. No seu entendimento, na composição da “civilização brasileira”, haveria a existência de “resíduos culturais” comprometedores do futuro dessa civilização, dentre eles o do “desapreço pela terra”, atávico dos descendentes de africanos (os demais seriam a “superstição”, o “amor pelo adorno e ostentação simuladora”, o “desrespeito pela ordem legal”, típicos das características culturais de negros e índios), ao contrário do encontrado nos camponeses de origem na servidão de gleba medieval europeia (FRANCO, 1936, p. 141). Ora, tais considerações não se sustentam nem histórica nem historiograficamente, ainda que formassem um mito profundamente arraigado na cultura brasileira, inclusive na acadêmica típica da Primeira República.

O fato é que as mais antigas populações humanas do planeta tinham, há milênios, dominado a arte de cultivar o que antes era selvagem, criando longa tradição agrícola em África. Já os chamados “berços agrícolas primários”, entre o IV e o II milênios antes da era cristã, atestam a existência do que se chamou “complexo da agricultura com sementes”. A insofismável análise arqueológica da paninologia¹ atesta a aclimação do inhame, da palmeira do dendê (a “rainha das árvores”), do sorgo (o trigo africano), dos diversos tipos de arroz, variedades do gergelim, milhetes, plantas estimulantes, sementes oleaginosas, a exemplo do encontrado nas pesquisas realizadas no Rift Valley, no Quênia – Rift Valley, o “berço da humanidade”. Assim, tempos afora, os africanos desenvolveram práticas agrícolas complexas, com técnicas de irrigação, rotação de plantios, adubagem, construção de plataformas nas encostas das montanhas, a fim de impedir a erosão; difundiram-se o cultivo variado na intenção de garantir colheitas o ano todo etc. (PORTÉRES; BARRAU, 1982, p. 699-716).

Do dendezeiro se preparam alimentos, bebidas fermentadas, como o vinagre, sabões; dele se extrai material para construção (vigas, escadas, móveis) e o fabrico de inumeráveis utilidades (a fibra exterior das empela, por exemplo, finas e macias, utilizadas para encher almofadas, colchões, travesseiros; as folhas para o fabrico de cestos, canastras, das mais finas, instrumentos musicais, etc.). O óleo de dendê, que os

¹ Datação da impressão de grãos na cerâmica, a qual juntamente com as técnicas do radiocarbono vêm revolucionando as pesquisas arqueológicas sobre a África Antiga – o que pode ser ainda mais acelerado com o advento das prospecções com o magnetômetro de prótons.

africanos usavam para iluminação em candeeiros de barro, prestou-se, pela imitação, para iluminar as *cyties* europeias, notadamente Londres; serviria ainda de lubrificante para as máquinas da revolução industrial, assim como forneceria a matéria prima do “sabão inglês” – imagine-se as milhares de toneladas anuais exportadas para a Europa e os EUA em meados do século XIX, sendo a produção e a comercialização internas resultantes de antigas redes comerciais locais controladas pelos africanos nos chamados “rios de azeite” (M’BOKOLO, 2009, p. 150-157; SIQUEIRA, 2015).

No Brasil não seria fortuito, como no dizer de Gilberto Freyre (e **Casa Grande & Senzala** fora publicado antes do livro de Afonso Arinos, ambos dos anos 1930), que os africanos (as) dominassem a cozinha colonial, com a introdução de legumes, temperos, formas de preparar a carne, o peixe etc. Se sabe, por sua vez, terem havido tipos de quilombos que se transformaram em complementares à economia de seus entornos, fornecendo produtos agrícolas ali cultivados às populações das vilas, coisa que o latifúndio monocultor tinha dificuldade de fazer. Ora, somente uma cultura profundamente anti-africana, anti-negra, fora capaz de negar tudo isso. O curioso que Afonso Arinos veria aprovada pelo Congresso Nacional, em 1951, lei que lhe carregaria o nome dispondo sobre a discriminação racial no país. Tal aprovação ocorreu tendo passado para trás, arquivando-se, projeto de lei muito mais abrangente como proposto pela Convenção Nacional do Negro, ao Congresso Nacional Constituinte de 1946, prevendo ações compensatórias etc. – a lei Afonso Arinos, por sua inocuidade, jamais foi aplicada na prática.

Ao final desse ciclo de substituição de importações, nesse Brasil brasileiro, nesse mulato inzoneiro, o país sagrava-se campeão mundial de futebol em 1958, com Didi, Nilton Santos, Pelé, Mané Garrincha; criava a nova capital, Brasília, em 1959; o samba de bossa-nova repercutia no Carnegie Hall em show histórico, emergia o Cinema Novo de **Deus e o Diabo na Terra do Sol**, o Nordeste do país era incluído na pauta da modernização através da SUDENE. Mas também ali rompia o país com o FMI e o Banco Mundial (com os quais realizara altos empréstimos financeiros) justo em 1959, ainda que não rompesse com os empréstimos provenientes do capital privado internacional; conheceria também vertiginoso processo inflacionário a depauperar ainda mais as condições de vida das classes trabalhadoras de baixa renda – sim, pois o modelo tornava-se logicamente insustentável ao afastar da demanda a grande maioria da população. Até onde se poderia viver do luxo do alto consumo? Outrossim, esgotava-se ali o “Estado de compromisso”, em verdadeiro prelúdio de 1964, quando várias

alternativas políticas se colocavam à frente: o populismo das “reformas de base”, o espectro do socialismo terceiro-mundista, a ditadura militar de direita.

A ferro e fogo, com a faca e o queijo nas mãos, os governos militares (1964/1985) fizeram mais do mesmo. O “abuso” da capacidade de endividamento do Estado, como no dizer de Ignácio Rangel (1985, p. 64), e para socorrer quem menos precisava: as empresas públicas, privadas nacionais e multinacionais, especialmente, as empresas de bens duráveis, de bens de capital e bens intermediários, aos quais cronicamente as grandes massas da população não tinham acesso pleno, inclusive como trabalhadores desqualificados que eram. Através de generosos subsídios para a modernização especialmente das grandes propriedades (como o pró-álcool), à custa do erário público, mantém-se, por sua vez, praticamente intocado o modelo desigual e socialmente contraproducente da estrutura agrária da nação; projetam-se e realizam-se (às vezes inconclusas) grandes obras sob pena aqui e ali de perdas irreparáveis à natureza, como a do desaparecimento do verdadeiro santuário ecológico de Sete Quedas, para construção da usina de Itaipu: “**E a maldição que o tempo irá trazendo?**”, indaga Carlos Drummond de Andrade, no adeus do poeta à maior cachoeira do mundo, em sua coluna no Jornal do Brasil de 09 de setembro de 1982.

Sob o lema nada original de que era preciso primeiro crescer para depois dividir, conforme o ministro da Fazenda e depois da Agricultura, Antônio Delfim Neto, tudo isso se fez ao arripio de extraordinária concentração social da renda, especialmente face às camadas mais desprotegidas da sociedade, em termos de propriedade da terra, dos meios de produção, dos equipamentos culturais. Conheceu-se ali o “milagre econômico”, com taxas de crescimento médio anual de 10%, chegando ao pico de 14%, entre 1968 e 1973 – tal durabilidade, por sinal, coloca em dúvida o termo, pois tradicionalmente, como ocorrera na Alemanha e no Japão pós-II Grande Guerra, o período de “milagre” estendeu-se por dez anos ou mais.

De toda forma, o Brasil torna-se a 8ª economia do planeta, ainda que o 46º em termos de PIB por habitante. Vejam-se esses dados reunidos por Paul Singer (1986) em **Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar**. O saneamento com água corrente aumentou entre 1960 e 1983, de 3,3% para 21,8% no campo, e de 47,2% para 78,2% nas cidades; assim também o tratamento com fossa séptica, principalmente nas áreas urbanas. Igualmente com as instalações elétricas que passaram de 72,4% para 93,4% nas cidades. (o que permite geladeira em 73,3% dos lares urbanos e 21,4% dos rurais em 1983, em contraste com 23,3% e 1,3% anteriores, respectivamente). Entre

1970 e 1983 houve acentuada ascensão de uma parcela da classe operária ao padrão de classe média (de cinco a dez salários mínimos), dando-lhes acesso ao consumo de bens duráveis (automóveis, TV em cores, motocicletas etc.). O percentual da população operária sobre a população economicamente ativa passa de 24,9% em 1970, para 32,7% em 1980, expressando o resultado mais evidente do desenvolvimento ocorrido durante o regime militar. Há também um processo de proletarização no campo, com autônomos tornando-se empregados entre 1960 e 1970.

Mais de 2/3 das famílias brasileiras eram indubitavelmente pobres em 1970 (45,2%, com até um salário mínimo e 22,8% de um a dois salários mínimos), sendo esta proporção de 53% nas cidades e 89,3% no campo. O extraordinário período de crescimento do “milagre econômico” reduziu a pobreza absoluta, mas não a relativa. Multiplicou-se, também de forma extraordinária, a proporção de famílias de renda média e alta. As famílias de dez salários mínimos a mais passaram de 1,5% do total em 1970, para 9,9% em 1976. Em seis anos o mercado de bens duráveis de luxo e de serviços de padrão e custo elevados se multiplicou por 5,8 vezes. Entre 1960 e 1970 nada menos que 70% da população economicamente ativa recebiam menos que o salário mínimo. A proporção relativa da depreciação do salário mínimo foi grande, pois nesse ínterim a economia se desenvolvera e o padrão de vida se elevou; ou seja, produtos que eram supérfluos, passaram a ser indispensáveis, como a geladeira ou a televisão.

A dívida externa do país triplica entre 1967 e 1972, tornando-se a maior entre os países do chamado terceiro mundo – e isto terá de ser pago em moedas fortes. Ocorre que em 1971 se desfez o estabelecido no acordo de Bretton Woods de 1944, onde pontificara lord Keynes, mudando-se drasticamente as regras do jogo dos empréstimos internacionais e suas taxas de juros, em função do fim da conversibilidade das moedas face ao ouro. Isto deu margem a forte onda de especulação monetária, humilhando os países devedores impossibilitados de pagar os empréstimos, e obrigados a ouvir o receituário alheio sobre como conduzir suas economias internas.

Por sua vez, os “choques do petróleo” de 1973, com a guerra do Yom Kippur, e 1979, com a revolução fundamentalista do Irã assenhoreando as próprias jazidas, se esgota a fase de financiamento farto no mercado internacional; ao que se soma a recessão mundial de 1980/1982, desdobrada no colapso dos preços de bens primários. Roberto Campos (1988, p. 67), que fora ministro do planejamento no governo do Marechal Castelo Branco, e referência na idealização dos diversos programas de planejamento dos sucessivos governos militares, no livro **Guia para os perplexos**,

denominou esta conjunção de “Os quatro cavalheiros do Apocalipse”, resultando em levar de roldão o próprio regime econômico e político de exceção brasileiro, acompanhado de perto pelas demandas sociais arbitrária e violentamente reprimidas – inclusive aquelas históricas do movimento negro, a exemplo da expressada por Miguel Barros, da Frente Negra Pelotense (Rio Grande do Sul) ainda no Primeiro Congresso Afro-Brasileiro de Recife, em 1937, organizado por Gilberto Freyre e Ulysses Pernambuco.

Miguel Barros saúda o Congresso, falando do idealismo que perpassa os negros do Sul, seus sentimentos de reivindicações, seu desejo de tornar a vida de seus novos e futuros descendentes menos atribulada, com o ambiente nacional mais sincero e honesto, mais digno e fraternal, a fim de que seus filhos possam ingressar nas esferas cultas, contribuindo para o futuro do Brasil. Reconhece que os grandes problemas do meio social negro são os da educação e o do preconceito que discrimina e marginaliza; relatava o lugar de pária reservado mesmo no serviço público e entre operários; o desdém com que se trata o intelectual negro, as jovens formadas obrigadas a mudar para profissões mais simples, derrotadas pelas barreiras erguidas ao seu desenvolvimento profissional. Enfim, para ele, de todas as iniciativas pelo progresso do Brasil, nenhuma viria tanto solucionar esta necessidade como a da organização da gente negra, uma marcha iniciada a partir do próprio negro, uma grande avalanche, um despertar majestoso, empolgante, um ressurgir gigantesco (SIQUEIRA, 2006, p. 54).

Celso Furtado, idealizador da SUDENE, experiência de planejamento que visava modernizar a estrutura agrária e industrial da região, minorando os efeitos do êxodo rural, das secas (particularmente severa em 1958), das desigualdades regionais, e que possibilitou logo nos primeiros anos de seu funcionamento índices de crescimento mais altos que os do Sul, veria a iniciativa ser destruída pelos próprios governadores nordestinos, certamente apoiados pelas oligarquias locais. Em 2003, avaliando tudo isso em entrevista concedida ao IBGE pondera: “Não adianta crescer, se o desenvolvimento é tão desigual.” (IBGE, 2003). Alertava ainda, num texto censurado onde havia estudado os aspectos sociais negativos do processo brutal de concentração de renda em curso no Brasil dos anos 1970, para aspecto geralmente escamoteado desse problema: a marginalização crescente da população negra do país. Aliás, este foi o ponto considerado “subversivo” pelo censor (FURTADO, 1991, p. 182-183).

Economia política e a questão do negro: para onde não ir (em síntese)

João Paulo de Almeida Magalhães aponta em suas análises para o fato de a Economia Política como pensada no Brasil se consolidar em meados do século XX (MAGALHÃES, 1996). Arrola-se, desde então, teóricos da expressão de Celso Furtado, Ignácio Rangel, Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen, as influências retiradas das reflexões de Raul Prebisch e da CEPAL, assim como de Gunard Myrdal e Ragnar Nurkse – ao fundo, Adam Smith, Karl Marx, Joseph Schumpeter, John Maynard Keynes. Economia política essa muitas vezes saindo da reflexão teórica e atuando diretamente na formulação de ações práticas de planejamento, a exemplo do ocorrido no Plano de Metas do presidente Juscelino Kubistchek, no Plano Trienal do presidente João Goulart, naqueles do período pós-golpe militar de 1964.

Celso Furtado, notável pensador do século XX, de obra reconhecida por relevante contribuição ao tema do desenvolvimento nos países do terceiro mundo, é enfático ao demarcar o quadro conceitual e empírico no qual o modelo se configura. Para ele, o fato decisivo a identificar o subdesenvolvimento é o da dependência tecnológica de ponta. De fato, criamos e/ou produzimos originalmente o rádio, o telefone, o automóvel, a geladeira, o ar-condicionado, a televisão, a informática? Estas invenções e/ou produções industriais são apanágio quase total das empresas multinacionais. O setor privado nacional basicamente atua, limitado, nas indústrias tradicionais; opera também como subsidiário das empresas estatais de infraestrutura e de bens de capital, ou das empresas multinacionais.

Portanto, o subdesenvolvimento, a partir de determinações econômicas, políticas e culturais internas, resulta da forma de inserção na divisão internacional do trabalho gerada pelo capitalismo mundial. Daí decorre dois processos essenciais: a importação dos bens de tecnologia de ponta implica numa acumulação interna de capital muito mais lenta comparativamente, por subsidiária; e ao fato de parte substancial dessa mesma poupança interna acumulada ser transferida para a importação da novidade, num eterno corre atrás. Daí advém obviamente a desigualdade dos termos de trocas no comércio com o exterior, o risco perene da defasagem no balanço de pagamentos.

O modelo subdesenvolvido brasileiro tem apontado na direção de uma situação esdrúxula, caracterizada pela pobreza de grande parte de nosso povo, justo à medida da aculturação tecnológica subsidiária, mas concentrada nos escalões quantitativamente

mais restritos da sociedade. O modelo sobrevive disso, a pobreza é sua contrapartida. A sofisticação da importação implica na concentração da renda e dos bens culturais, como tendência.

Os programas de planejamento dos governos chefiados por militares pós-64 dão-nos prova contundente: o incentivo ao crédito para a compra dos bens duráveis como estratégia linear de reprodução do modelo econômico (automóveis, em mais de um por família à época, por exemplo), resultando num consumismo perdulário somente comparável às economias e sociedades ricas, coisa que efetivamente a sociedade brasileira não é – estávamos e estamos muito aquém dos padrões médios de renda e distribuição mais equânime dos frutos da modernidade típicos daquelas. Explica-se desta forma à época o surgimento aparentemente improvável de suntuosas cidades na serra, a beira-mar, frutos desse padrão de consumo, tendo por consequência a expansão dos serviços para atender tais demandas criadas, estabelecendo círculo vicioso estrategicamente contraproducente do ponto de vista de um projeto social de futuro.

Não temos dúvidas quanto à existência de componentes racial/discriminatórios a atravessar essa elitização dos padrões de vida, dada a trajetória histórico-sociológica e antropológica do meio social negro (de pretos e pardos) no campo e nas cidades – coisa refletida até mesmo no discurso televisivo de então: quem seriam os motoristas de madame, os ascensoristas, porteiros e seguranças a garantir pateticamente as restrições de acesso simbólicos ou diretos ao hall social? As empregadas domésticas e babás, ou em grande medida os biscateiros autônomos fornecedores de serviços diversos? A quem beneficiou prioritariamente, numa sociedade arremedada dos padrões estéticos e ideológicos europeus e norte-americanos, os atributos da beleza, da competência profissional, do saber nas ciências e belas artes?

Em outras palavras estamos afirmando ser a discriminação e o racismo da sociedade brasileira (finalmente assumidos publicamente pelo Estado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda que haja uma distância entre intenção e gesto) parte, mecanismo estruturante, do modelo de existência e reprodução da sociedade subdesenvolvida ou emergente, como se diz atualmente. Não se trata, portanto, de mero problema pontual, resíduo de um passado escravista. Ao contrário, a questão é vinculadamente estrutural, por isso se modernizou ganhando atualidade, assegurando a continuação dos privilégios que são contemporâneos e aí estão justamente para garantir o processo de expropriação dos bens, que vão muito além do

econômico, espreado-se nas condições imateriais de que falamos no início deste trabalho, ainda quando tratamos do caso paradigmático de Lima Barreto.

Ora, não se pode, nem se deve naturalizar tudo isso. De sua parte, Celso Furtado (1992, p. 76), homem de seu tempo que é, argumenta que o desafio é o de mudar o curso do que se entende por desenvolvimento ou crescimento. Deslocar o próprio eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação, para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. É preciso, continua, modificar a fundo o enfoque: a partir de objetivos sociais, restringir o econômico a seu papel de elemento instrumental. Caso contrário, teremos um dia não apenas uma crise de sistema econômico ou político, mas da própria civilização (FURTADO, 1991, p. 194).

As nuances, como são tratadas as dinâmicas pertinentes à lógica do “subdesenvolvimento” ou do “capitalismo dependente”, sugerem, por sua vez, um dilema essencial: a singularidade teórica e empírica dos casos estudados, a se contrapor àqueles tidos por exemplos clássicos acontecido nos países originais do capitalismo. Já vimos aqui como Celso Furtado configura pensamento inovador nesses termos. Para ele, já em seu primeiro livro de economia no final dos anos 1950, o subdesenvolvimento não era uma “fase” pela qual tiveram que passar todas as economias, e sim uma situação de dependência que decorria de como as economias se inseriam nas correntes de expansão do comércio internacional, a partir da Revolução Industrial (FURTADO, 1961).

Certamente, em alguma medida, tais posições seriam influências dos debates ocorridos no âmbito da CEPAL na ocasião, quando Raul Prebisch, então diretor da instituição sob a qual trabalhara Furtado, exortava os economistas à independência teórica na tarefa de analisar as realidades latino-americanas. Prebisch contestava abertamente o “falso senso de universalidade” que existiria na teoria econômica empregada nos países desenvolvidos (PREBISCH, 1949). Entende-se assim o contexto pelo qual Celso Furtado iria combater o ideário amplamente aceito à época acerca dos estádios ou fases que levariam ao desenvolvimento de todas as economias, como argumentado por Walt W. Rostow em **Etapas do desenvolvimento econômico (The process of economic growth**, de 1952) – livro que, por sua vez, influenciaria a política externa norte-americana do presidente John Kennedy destinada aos países do terceiro mundo, e que teve em Rostow destacado assessor.

Outrossim, se distinguiria claramente, como em Fernando Henrique Cardoso, que também trabalhara na CEPAL, a “unidade dialética”, historicamente constituída,

entre os interesses do capitalismo internacional e a dinâmica interna dos países dependentes, capaz de gerar mediações políticas e sociais objetivas – para além, portanto, das enteléquias excessivamente abstratas das análises críticas ao “imperialismo” ou ao “subdesenvolvimento”. Por outro lado, a tendência à unificação dos sistemas produtivos nacionais e internacionais leva à padronização dos mercados e ao seu ordenamento supranacional, agravando a possibilidade da contrapartida autônoma e tornando crescente a complexidade das soluções políticas (CARDOSO, 1972, p. 123-139; CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 114-138) – o que, obviamente, não exclui a necessidade desse enfrentamento.

A “Questão do Negro” diz respeito às grandes massas populacionais da sociedade. Riquíssima em sua singularidade fez ela da adversidade o alento, expressado em circularidades culturais tais que seus anseios, sua respiração abafada, florescem em cada grande talento que a tem por inspiração e busca da razão de ser, muito além da simples condição étnica: de Machado de Assis a João Cabral de Melo Neto e a João Ubaldo Ribeiro, de Luís Gama ao ministro Joaquim Barbosa, de Pixinguinha a Heitor Villa-Lobos, de Aleijadinho ao Mestre Valentim e André Rebouças, de Milton Santos a Zumbi dos Palmares redivivo em cada consciência libertária. Não é mais necessário aqui estatísticas; a realidade fala por si, em cada “arrastão” de fim de semana nas belas praias da rica zona sul da cidade Rio de Janeiro, em cada palafita da Boa Viagem, sessenta anos após **Morte e vida Severina**, em cada comunidade quilombola acossada implacavelmente por interesses mesquinhos; “para que preto quer terra?”, fala-se a boca pequena – ao que arguiríamos em paráfrase a Drummond de Andrade: e a maldição que o tempo irá trazendo?

De toda forma, a Questão está hoje posta na agenda política da nação, e não haverá retorno – por não admissível. Resta saber o que ela poderá trazer de realmente novo ao futuro do país. Sim, pois libertar as grandes massas da pobreza humilhante, distribuir o bem-estar da modernidade e da cultura de forma mais homogênea significa um novo patamar civilizatório de realizações imprevisíveis. O passado lhe (a ela Questão) recomenda bem ao futuro: a sabedoria obtida na escassez, a dança além da dor.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1981.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimento**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro**. E outros ensaios. São Paulo: Europeia do Livro, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar**. Ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Economia, planejamento e nacionalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1963.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Guia para os perplexos**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1988.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa**. Memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Conceito de civilização brasileira**. São Paulo: Nacional, 1936.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. **Os ares do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **Entrevista**. In: IBGE. Centro de Informações e Disseminação de Informações. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: 2003.

HANSENBALG, Carlos. Negros na indústria: proletarização tardia e desigualdade. In: VALLE SILVA, Nelson; HANSENBALG, Carlos. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed./IUPERJ, 1992.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 1990. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição de renda e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Paradigmas econômicos e desenvolvimento**. A experiência brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUERJ, 1996.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra. História e civilizações**. Tomo II (Do século XIX aos dias atuais). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Américas, 2011.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

NURKSE, Ragnar. **Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto anti-racista: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil**. Rio de Janeiro: DP e L: LPP/UFRJ, 2006.

PAIXÃO, Marcelo. **Dialética do bom aluno: relações raciais e o sistema educacional brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PREBISCH, Raul. **El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas**. CEPAL, Nações Unidas, 1950.

PORTÉRES, Roland; BARRAU, Jacques. Origens, desenvolvimento e expansão das técnicas agrícolas. In: **História Geral da África I**. Metodologia e pré-história da África. Coord. de Joseph Ki-Zerbo. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982.

RANGEL, Ignácio. **Economia: milagre e anti-milagre**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SINGER, Paul Israel. **O “milagre brasileiro”**: causas e consequências. São Paulo: CEBRAP, 1972.

SINGER, Paul Israel. **Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SINGER, Paul Israel. **Repartição da renda**: pobres e ricos sob o regime militar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3ª ed. Brasília: IPEA, 2010.

SIMONSEN, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

SIQUEIRA, José Jorge. **Entre Orfeu e Xangô**: A emergência de uma nova consciência sobre a Questão do Negro no Brasil, 1944/1968. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SIQUEIRA, José Jorge. Cinco razões histórico-culturais da África negra em face ao ideário racial brasileiro. In, D'ADESKY, Jacques; TEIXEIRA, Marcos (Org.). **Afro-Brasil**: debates e pensamentos. Rio de Janeiro: Cassara, 2015.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capitais e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Faculdade de Economia e Administração/UFRJ, 1974. Tese de Livre Docência.